



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Aquisição de **EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO E PRECISÃO**, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Obras, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria de Infraestrutura e Obras
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico (art. 28, I) da Lei 14.133/2021
1.4	Período:	Imediato
1.5	Tipo:	Menor preço por lote os termos do art. 33, I, da Lei 14.133/2021

1.6 Aquisição de **EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO E PRECISÃO**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO – Lote 1	MARCA	U/C	QTDE
4.4.90.52.17				
01	ESTAÇÃO TOTAL Equipamento com precisão de 2 segundos, leitura sem prisma até 800 metros e leitura com prisma até 5.000 metros; Luneta com aumento de, no mínimo, 30X; Prumo laser; Precisão linear de pelo menos 2mm + 2pp com prisma; Mudança automática de constante de prisma; Leitura direta de pelo menos 01”; Memória interna de no mínimo 2MB; Duplo compensador líquido-elétrico com no mínimo 1” de precisão e compensação até aproximadamente 4’; Display de cristal líquido nos dois lados do equipamento, com teclados físicos alfanuméricos; Baterias de Lítio-íon de longa duração; Programa para coleta de dados: locação, cálculos de coordenadas, cálculo de área, elevação remota e excêntricos; Porta serial RS 232, microUSB e Cartão SD. O equipamento pode ser “similar” ou “superior”		UN	01
02	TRIPÉ DE ALUMÍNIO PARA ESTAÇÃO TOTAL Trava superior do tipo rápida; Trava inferior do tipo borboleta; Alça de transporte; Mesa plana com 160 mm; Pernas extensíveis. O equipamento pode ser “similar” ou “superior”		UN	01



03	PRISMA PARA UTILIZAÇÃO COM ESTAÇÃO TOTAL Prisma com Suporte e Bolsa para transporte; Suporte todo em metal; Rosca universal 5/8"; Constantes: -30mm. O equipamento pode ser "similar" ou "superior"		UN	02
04	QUARDA SOL Fabricado em lona de alta qualidade; Diâmetro, n mínimo, 1,60m. O equipamento pode ser "similar" ou "superior"		UN	01
05	BASTÃO DE ALUMÍNIO Fabricado em alumínio de alta qualidade; Altura de, no mínimo, 3,60 metros; Penas extensíveis. O equipamento pode ser "similar" ou "superior"		UN	02
3.3.90.40.00				
06	SOFTWARE DE PROCESSAMENTO DE DADOS Licença vitalícia para processamento dos dados e utilização do equipamento.		UN	01
ITEM	ESPECIFICAÇÃO – Lote 2	MARCA	U/C	QTDE
4.4.90.52.17				
07	RECEPTOR GNSS RTK Receptor GNSS com 1408 canais para rastreamento das constelações GPS L1C/A/L2P (Y)/L2C/L5, GLONASS L1, L2, Galileo E1, E5a, E5b, E6* BeiDou B1I, B2I, B3I, B1C, B2a, B2b, QZSS L1, L2, L5, L6*, PPP B2b-PPP SBAS L1, L5; Possibilidade de utilizar como base e rover; Rastreamento pós processado e RTK simultaneamente; Sensor inercial IMU no mínimo 60° com 200Hz de atualização; Nivelamento bolha; Imune a distúrbios magnéticos; Livre de calibração para compensar a inclinação do bastão; Baterias de lítio com pelo menos 25 horas de duração; Possibilidade de utilização com bateria portátil; Rádio com alcance de pelo menos 14km entre base e rover; Pelo menos 8 GB de memória interna; Duração mínima da bateria: RTK ROVER de 24H, RTK BASE de 10,5H, Estático de 25H; Precisões mínimas: RTK: Horizontal: 8 mm + 1 ppm RMS Vertical: 15 mm + 1 ppm RMS, Tempo de inicialização: 99.9%; Posicionamento pós-processado Horizontal: 2.5 mm + 0.5 ppm RMS Vertical: 5 mm + 0.5 ppm RMS; Wi-Fi: 802.11 b/g/n e Bluetooth V 4.2; IP 67;		UN	02



	HOMOLOGADO PELA ANATEL. O equipamento pode ser “similar” ou “superior”			
08	COLETOR DE DADOS PORTÁTIL Receptor de sinais para coleta de dados; Processador mínimo de 2.0GHz; Sistema Operacional, mínimo, Android 10, para um gerenciamento de desenho CAD e exibição de mapas; Modem 4G integrado; Rastreamento de satélites: pelo menos 45 canais L1 (GPS, BDS, GLONASS, GALILEO); Memória mínima de 35GB, sendo 3GB de RAM e 32GB de flash, podendo ser estendida com cartão de memória em mais 128GB; Operação: -30°C a +60 °C; Armazenagem: -40°C a +65°C; Índice de proteção mínimo IP67; Teclado alfanumérico; Display mínimo de 5.5”; Wi-fi, bluetooth, USB Tipo C, OTG; Bateria de Lítio-íon de longa duração, pelo menos 14h; Câmera de, no mínimo, 13 MP, flash GNSS (BDS, GPS, Glonass), sensor de luz, microfone. O equipamento pode ser “similar” ou “superior”		UN	01
09	RÁDIO EXTERNO UHF Link de dados UHF de alta potência para aplicações GNSS; Configuração da frequência em uma faixa de pelo menos 70 MHz; Seis níveis de potência ajustáveis entre 5W a 28W; Canais selecionáveis com espaçamento de 12,5kHz ou 25kHz; Suportar protocolos UHF no padrão industrial; Classificação mínima IP67, resistente à água e poeira. O equipamento pode ser “similar” ou “superior”		UN	01
10	BASE NIVELANTE COM PRUMO ÓTICO Equipado com um prumo ótico de alta precisão; Fabricado em materiais resistentes e duráveis; Compatível com uma variedade de instrumentos de medição. O equipamento pode ser “similar” ou “superior”		UN	01



11	TRIPÉ DE ALUMÍNIO Trava superior do tipo super rápida; Trava inferior do tipo borboleta; Alça de transporte; Parafuso de fixação com rosca 5/8"; Mesa plana com 160 mm; Pernas extensíveis. O equipamento pode ser "similar" ou "superior"		UN	01
12	ADAPTADOR PARA BASE NIVELANTE Com prumo óptico. O equipamento pode ser "similar" ou "superior"		UN	01
13	BASTÃO DE FIBRA DE CARBONO Bastão extensível com altura de pelo menos 2m; Trava de rosca de compressão; Rosca padrão 5/8". O equipamento pode ser "similar" ou "superior"		UN	01
14	BIPÉ PARA BASTÃO TOPOGRÁFICO Alumínio; Com capa protetora. O equipamento pode ser "similar" ou "superior"		UN	01
15	SUPORTE PARA COLETOR DE DADOS UNIVERSAL Suporte para coletor de dados GPS RTK; Metal; Com ângulo mensurável 360°; Alta resistência. O equipamento pode ser "similar" ou "superior"		UN	01
16	BASTÃO 8M COM ROSCA Bastão extensível com 8,0 metros; Produzido em alumínio; Rosca padrão W5/8" e diâmetro 45mm. Cinco estágios com rosca de compressão. MEDIDA PADRÃO GNSS; Deve acompanhar bolsa de transporte. O equipamento pode ser "similar" ou "superior"		UN	01
3.3.90.40.00				
17	SOFTWARE DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE CAMPO Licença vitalícia para coletora de dados; Realizar medições, engenharia, mapeamento, GIS, estradas; Alta precisão; Suportar OSM/BING; Formatos (DXF, SHP, TIF, SIT, KML, KMZ e WMS); Importação e exportação em CSV, DAT, TXT; Compatível com RINEX; Métodos de medição de pontos: topográfico, controle, ponto rápido, contínuo, offset, compensado por bolha eletrônica e ponto de canto.		UN	01



18	SOFTWARE PARA RECEPTOR GNSS Licença vitalícia para ativação para receptores GNSS		UN	02
ITEM	ESPECIFICAÇÃO – Lote 3	MARCA	U/C	QTDE
4.4.90.52.17				
19	KIT DE AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA - DRONE Altitude mínima de voo de 7000 metros; Velocidade horizontal mínima de 20M-S; Tempo mínimo de voo em condições ideais sem vento de 2 horas, quantas baterias forem necessárias; Temperatura de operação entre -10°C ~ 40°C; Resistência mínima a ventos de 27MPH, 12M-S (decolagem e pouso); Capacidade de rastrear constelações GPS-BEIDOU-GLONASS-GALILEO; Deve acompanhar: baterias suficientes para 2 horas de voo, 01 controle remoto e câmera de alta qualidade e case para transporte. O equipamento pode ser “similar” ou “superior”		UN	01
3.3.90.40.00				
20	LICENÇA VITALÍCIA DE SOFTWARE DE PROCESSAMENTO DE IMAGEM		UN	01
ITEM	ESPECIFICAÇÃO – Lote 4 4.4.90.52.17	MARCA	U/C	QTDE
21	SCANNER LASER Precisão relativa de no máximo 2cm; Pontos por segundo, no mínimo, 200.000; Alcance de varredura no mínimo 40 m @ 10% de refletividade; Tempo de Operação: mínimo 6 hora, quantas baterias forem necessárias; Armazenamento mínimo de 512GB; Campo de visão: 360° x 59°; Resolução mínima da câmera: 5760x2880 @ 30 fps; Campo de visão da câmera de 360°; Deve acompanhar: baterias suficientes para 6 horas de operação, 01 base, 01 câmera. O equipamento pode ser “similar” ou “superior”		UN	01
3.3.90.40.00				
22	LICENÇA VITALÍCIA DE SOFTWARE DE PROCESSAMENTO		UN	01
ITEM	ESPECIFICAÇÃO – Lote 5	MARCA	U/C	QTDE



23	3.3.90.40.00 SOFTWARE PARA PROCESSAMENTO DE DADOS TOPOGRÁFICOS Licença vitalícia; Cálculo de poligonais; Classificação conforme a Norma ABNT13133; Criação e apresentação dos pontos no CAD; Importação de dados; Transformação de Coordenadas; Cálculo de nivelamento geométrico; Divisão de áreas; Memorial Descritivo; Desenho e edição de Curvas de Nível; Interpolação de Perfil Longitudinal; Geração automática de articulação de folhas no Layout do AutoCAD; Atualizações automática pela Internet; Cálculo de volumes por seções e por diferença entre superfícies realizará cálculos de movimentação de terra, inclusive com fato de empolamento emitindo também relatórios para melhor análise da área; Interpolações de seções transversais; Cálculo por seções; Cálculo por superfícies; Cálculo de platôs; Módulo com ferramentas para georreferenciamento; Relatório de volumes com a indicação da área e do volume de cada seção.		UN	01
ESPECIFICAÇÃO – Lote 6 4.4.9.0.52.03				
24	KIT COM 04 RÁDIOS COMUNICADORES Portátil; Redução de ruídos; Grande tempo de stand-by; Alerta de pouca bateria e de emergência; Pelo menos 16 canais; Espaçamento entre canais: 25khz; Alcance mínimo de 4 km; Duração da bateria de no mínimo 10 horas; Deverá incluir: 4 baterias; 4 fones de ouvido; 4 fontes para carregar; 4 cliques de cintura; 4 antenas; 4 manuais de instruções. O equipamento pode ser “similar” ou “superior”		UN	01
ESPECIFICAÇÃO – Lote 7 4.4.9.0.52.01				
ITEM		MARCA	U/C	QTDE



25	DISCO RÍDIGO PARA NAS – HD Compatível com NAS (servidores especializados que lidam apenas com armazenamento de dados); Capacidade de no mínimo 8TB; Velocidade (RPM) mínima de 7200; Cache Buffer, MÍNIMO 256 MB; Aprovado por fornecedores de NAS; Monitoramento da integridade do disco; Recuperação de dados rápido. O equipamento pode ser “similar” ou “superior”		UN	01
ITEM	ESPECIFICAÇÃO – Lote 8 4.4.9.0.52.17	MARCA	U/C	QTDE
26	NÍVEL A LASER LINEAR CRUZADO Alcance mínimo de 12 metros; Suporte giratório acoplado; Classificação mínima IP55, resistente à água e poeira; Fonte de energia: pilha AA; Compatível com bateria; Fonte de luz: laser; Cor do raio de luz: vermelho; Projeta duas linhas; Precisão mínima de 0.8mm; Distância mínima de medição: 12 metros; Acompanhar pilha e bolsa de proteção. O equipamento pode ser “similar” ou “superior”		UN	01
ITEM	ESPECIFICAÇÃO – Lote 9 4.4.90.52.17	MARCA	U/C	QTDE
27	DETECTOR SCANNER DE MATERIAIS Objetos detectáveis: metais magnéticos (por exemplo, ferro), metais não magnéticos (por exemplo, cobre), cabos vivos, cabos não vivos, tubos de plástico, tubos de plástico para transporte de água, subestruturas de madeira; Padrões de parede: Tijolo, concreto universal, aquecimento de superfície de drywall, concreto jovem, tijolo com orifício ranhurado, tijolo perfurado verticalmente; Detecção de vazamentos; medição de distância; Recurso de captura de tela; Profundidade de localização (mínima): 200mm; Precisão (+/-): 5mmA; Profundidade de localização mínima: madeira) 38mm; (metais ferrosos): 200mm; (metais não ferrosos): 80mm (plásticos): 80mm; Acompanha pilha, bolsa. O equipamento pode ser “similar” ou “superior”		UN	01

1.7 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8 A presente aquisição será através de entrega imediata, portanto, o prazo de vigência da contratação é de no máximo 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota de Empenho e Requisição de Material, na forma do artigo 6, inciso X da Lei 14.133/2021.



1.9 Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos do art. 28, inciso I da Lei 14.133/2021.

1.10 NO CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE A ESPECIFICAÇÃO CONTIDA NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E NO SISTEMA COMPRA.GOV.BR, PREVALECERÁ A DESCRITA NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Na engenharia e arquitetura realizar medições e garantir a precisão é fundamental, pois afetam diretamente a eficácia, segurança e qualidade dos projetos.

2.2 Medições precisas asseguram que os componentes fabricados atendam às especificações técnicas e tolerâncias, garantindo a funcionalidade e a durabilidade dos sistemas e produtos. Na elaboração dos projetos são essenciais para criar desenhos e modelos arquitetônicos detalhados e precisos, garantindo que todos os elementos do projeto se encaixem e funcionem conforme planejado.

2.3 A precisão na medição e na construção é vital para garantir a segurança das estruturas e sistemas. Qualquer erro nas medições pode comprometer a estabilidade e a segurança de uma estrutura. Ajuda a garantir que o projeto se adapte corretamente ao local e às suas características específicas, evitando problemas durante a construção.

2.4 A engenharia requer conformidade com normas e regulamentações específicas. Medições precisas ajudam a garantir que os projetos estejam em conformidade com esses padrões.

2.5 Medições precisas ajudam a otimizar processos de produção e construção, reduzindo desperdícios e aumentando a eficiência operacional.

2.6 Já a topografia estuda as características da superfície da terra, como relevo, limites, confrontantes, área, localização, formas do terreno e suas variações, e envolve a descrição e a representação das características naturais e artificiais de uma área específica.

2.7 O levantamento topográfico deve, ainda, compatibilizar medidas angulares, medidas lineares, medidas de desníveis e as respectivas tolerâncias em função das incertezas, selecionando métodos, processos e instrumentos para a obtenção de resultados compatíveis com a destinação do levantamento, assegurando que a propagação destas incertezas não exceda os limites de segurança inerentes a esta destinação. Esses dados podem ser representados em mapas e plantas topográficas, que mostram a configuração do terreno em diferentes escalas.

2.8 Portanto, os levantamentos topográficos são fundamentais em diversas áreas e desempenham um papel crucial para qualquer projeto de engenharia ou de arquitetura, ou ainda, para qualquer obra civil, pois estes serviços se desenvolvem em função do terreno sobre o qual se assentam.

2.9 Conhecer a topografia ajuda a otimizar o uso do solo e a identificar possíveis problemas antes da construção, garantindo que as obras sejam realizadas com base em informações precisas sobre o terreno e evitando problemas futuro relacionados à estabilidade e à drenagem.

2.10 Assim, a topografia é essencial para garantir que projetos e intervenções sejam bem planejados e executados com base em uma compreensão detalhada da área.

2.11 Portanto, é notório afirmar que a realização de levantamentos topográficos auxilia no desenvolvimento de projetos mais eficientes, precisos, seguros e econômicos.



2.12 Além disso, o Edital n.º 01, de 31 de agosto de 2023 que trata da realização do concurso público para provimento de vagas na Prefeitura de Nova Friburgo, previu vaga para topógrafo. Portanto, é dever da Administração oferecer os equipamentos necessários para que o profissional, quando convocado, possa desempenhar suas funções adequadamente.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação deve ter a capacidade de atender a demanda da Subsecretaria de Projetos com eficiência, presteza e zelo.

4.2 A entrega dos bens deverá ser realizada no Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGCP), subordinado a Secretaria da Secretaria de Infraestrutura e Obras, no seguinte endereço: Av. Alberto Braune, n.º 224, sala 13 – Centro, “prédio da Oi”, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00h às 17:00h.

4.3 Unidade Requisitante entrará em contato direta e formalmente com a Contratada para que esta realize a entrega dos bens, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Requisição de Material e Nota de Empenho.

4.4 A entrega dos bens deve ser realizada em perfeitas condições no local e prazo indicados, atendendo e observando estritamente as especificações deste e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica completa, onde deverão constar detalhadamente as indicações da marca, do fabricante, modelo, tipo, da procedência e do prazo de garantia, quando for o caso, acompanhadas das certidões de regularidade fiscal.

4.5 Todos os bens devem ter a voltagem de 220V ou serem bivolt (automático).

4.6 A falta do(s) bem(ns) não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto, e não eximirá a fornecedora Contratada das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, nos demais documentos afins e na legislação incidente.

4.7 São de responsabilidade da empresa todos os impostos, taxas, licenças e registros dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, que se fizerem necessários, bem como as despesas com frete.

4.8 Com o fito de aplicar o princípio da sustentabilidade, previsto no artigo 5º da Lei 14.133/2021, deverá ser observado pelo licitante que os produtos deverão ser nacionais e com baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água nos termos do artigo 4º, do decreto federal nº 7.746/2012, que especificou as práticas sustentáveis que devem ser observadas quando da realização de licitações e contratações por parte da Administração Pública.

4.9 A aquisição deverá observar os requisitos de Sustentabilidade presentes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.10 Com o intuito de adquirirmos itens de 1º qualidade, oriundos de fontes renováveis/sustentáveis antes da adjudicação, será solicitado à primeira classificada, sob pena de desclassificação, a apresentação de catálogo, folder e/ou ficha técnica relativo ao equipamento ofertado, indicando as



características técnicas solicitadas no Edital, para fins de avaliação minuciosa de compatibilidade e adequação às especificações do objeto.

4.11 Os itens deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas e deverão, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos equipamentos descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante.

4.12 Os materiais deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como manuais e outros pertinentes.

4.13 Nos preços apresentados deverão estar inclusos as despesas com frete e descarregamento e quaisquer outras despesas inerentes ao fornecimento.

4.14 Os equipamentos deverão atender um padrão mínimo de qualidade, durabilidade, **com garantia de 12 meses** para possíveis vícios a serem percebidos no momento ou após o recebimento. Enquanto as baterias devem possuir garantia **mínima de 03 meses**.

4.15 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.16 A empresa vencedora, deverá realizar a entrega do produto, substituir os que estiver em inconformidade com o requisitado, sem ônus para Administração, em prazo especificado no Termo de Referência.

4.17 Em hipótese alguma serão aceitos bens em desacordo com as condições ora pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando à apresentação da qualidade e dos resultados requisitados.

4.18 Não será admitida subcontratação do objeto contratual.

4.19 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/21, tendo em vista que se trata de entrega única e integral, considerada aquela com prazo não superior a 30 (trinta) dias e que não gera obrigação futura.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O prazo de entrega é **IMEDIATO**, ou seja, **não superior a 30 (trinta) dias**, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de fornecimento ou documento equivalente.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 A falta do(s) bem(ns) não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora Contratada das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, nos demais documentos afins e na legislação incidente.



5.4 A entrega dos bens deverá ser realizada no Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGCP), subordinado a Secretaria de Infraestrutura e Obras, no seguinte endereço: Av. Alberto Braune, n.º 224, sala 13 – Centro, “prédio da Ol”, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00h às 17:00h.

5.5 Em hipótese alguma serão aceitos bens em desacordo com as condições ora pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando à apresentação da qualidade e dos resultados requisitados.

5.6 A Contratada ficará sujeita as seguintes condições:

5.6.1 Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil.

5.6.2 Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues.

5.6.3 Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos bens fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer bem entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

5.7 Os bens serão recebidos:

5.7.1 *Provisoriamente*, a partir da entrega, observando-se o subitem 5.1 para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, demais documentos afins e na legislação de regência. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7.3 *Definitivamente*, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 03 (três) dias úteis a contar do recebimento provisório.

5.7.4 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 5.7.2 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

5.7.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).



6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.4 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.5 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.6 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.10 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.11 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.12 O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização



das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.13 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.14 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.15 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.16 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.16.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.16.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.16.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.16.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de: **Município de Nova Friburgo**, CNPJ: **28.606.630/0001-23**, ENDEREÇO: Avenida Alberto Braune, n.º 225, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP: 28.613-001.

7.2 Todos os materiais deverão ser entregues no Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGCP), subordinado a Secretaria de Infraestrutura e Obras, no seguinte endereço: Av. Alberto Braune, n.º 224, sala 13 – Centro, “prédio da Ol”, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00h às 17:00h.

7.3 Da liquidação da despesa:

7.3.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.3.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html



7.4 Do pagamento da despesa:

7.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade: Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.



8.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.6 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.6.1 Habilitação Jurídica:

a - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou,



devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.6.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.6.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.6.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.6.2.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.6.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.6.2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.6.2.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.6.2.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.6.2.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.



8.6.2.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.6.3 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.6.3.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.6.3.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.6.3.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.6.4 Qualificação Econômico-Financeira:

8.6.4.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.6.4.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.6.4.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.6.4.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.6.4.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.6.4.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja



comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.6.4.7 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.6.5 Qualificação técnica:

8.6.5.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.6.5.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.6.5.3 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.6.5.4 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.6.5.5 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verificarem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;



- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2 Da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1 advertência;

10.3.2 multa:

10.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.3.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.3.2.3 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.3.2.4 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.3.3 impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.6 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;



10.7 As sanções de multa aqui previstas são independentes, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente

com as demais sanções, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.8 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 494.269,43 (quatrocentos e noventa e quatro mil, duzentos e sessenta e nove reais e quarenta e três centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Secretaria de Infraestrutura e Obras	53001.0412200012.002	170200000000	4490-52
Secretaria de Infraestrutura e Obras	53001.0412200012.002	170200000000	3390-40

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria de Infraestrutura e Obras.

Nova Friburgo/RJ, 26 de março de 2025.

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:
 Luan Leite Feijó Matrícula n.º 115.288	 Gabriel Antônio Lima de Moura Matrícula n.º 121.000

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo
O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.



Ciente, de acordo:

Bernardo Coelho Verly
Secretário de Infraestrutura e Obras
Matrícula 62.009